



**Russell Bedford**  
*taking you further*

## **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A**

Relatório de revisão das informações contábeis  
intermediárias

**Referente ao 2º trimestre do exercício de 2021.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.



# Russell Bedford

taking you further

## RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da  
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA  
Santos – SP**

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA** referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).



## Ênfases

### Déficit Atuarial

Conforme Nota Explicativa nº 18.1, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. O passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora SPA registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 365.955 mil em 30 de junho de 2021 (R\$ 433.745 mil em 31 de dezembro de 2020), as informações atuariais são de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. O valor de R\$ 2.413 mil em 30 de junho de 2021 (R\$ 953 mil em 31 de dezembro de 2020) registrados como Plano de pensão – contribuição mensal, é relativo à contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de junho de 2021. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Plano de Pensão

Conforme Nota Explicativa nº 18.2, a Patrocinadora SPA assumiu no ano de 2020 a responsabilidade de arcar com os valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, em 30 de junho o montante é de R\$ 494.242 mil (R\$ 487.416 mil em 31 de dezembro de 2020). O pagamento inicial de 20% do saldo devedor foi efetuado em 22 de junho de 2020 no montante de R\$ 117.821 mil e o saldo devedor de 80% será liquidado em 180 parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



# Russell Bedford

taking you further

## Outros assuntos

### Valores correspondentes

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2020 apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 11 de agosto de 2020 e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por nós e emitimos relatório em 26 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

São Paulo, 18 de agosto de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:9023843  
5091

Assinado de forma digital  
por ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2021.08.18  
17:10:39 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(em milhares de reais)

ATIVO		30/06/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		<b><u>1.254.280</u></b>	<b><u>963.434</u></b>	<b>Circulante</b>		<b><u>489.398</u></b>	<b><u>562.589</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	1.062.977	859.861	Salários, provisão de férias e encargos sociais .....	16	49.463	43.798
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	12.656	12.589	Fornecedores e prestadores de serviços.....		32.151	42.734
Contas a receber de clientes, líquidas .....	7	84.669	82.627	Impostos e contribuições .....	17	33.684	30.055
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga...	7	80.857	-	Plano de pensão - contribuição mensal.....		2.413	953
Estoques.....		559	398	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro.....	18.2	35.303	33.615
Créditos tributários.....	8	8.226	6.227	Obras efetuadas por arrendatários .....	19	25.535	22.255
Outros créditos.....	15	4.336	1.732	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários .....	20	287.054	367.773
				Outras obrigações .....	23	23.795	21.406
<b>Não Circulante</b>		<b><u>2.547.177</u></b>	<b><u>2.670.422</u></b>	<b>Não Circulante</b>		<b><u>2.846.944</u></b>	<b><u>2.834.753</u></b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b><u>923.129</u></b>	<b><u>1.035.271</u></b>	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários .....	20	195.372	103.926
Contas a receber de clientes, líquidas .....	7	24.587	47.190	Receita diferida.....	21	772.252	791.270
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga...	7	325.879	390.480	Obras efetuadas por arrendatários .....	19	108.338	104.625
Partes relacionadas.....	9	694	5.953	Plano de pensão déficit atuarial.....	18.1	365.955	433.745
Depósitos judiciais .....	10	143.117	134.670	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro.....	18.2	458.939	453.801
Bens destinados à alienação.....	11	368	181	Benefícios a empregados.....	18.3	72.374	81.307
Imposto de renda e contribuição social diferidos...	31	428.087	456.509	Créditos da União para aumento de capital.....	22	873.714	866.079
Outros créditos.....	15	397	288			-	-
<b>Imobilizado.....</b>	12	<b>1.621.332</b>	<b>1.631.347</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b><u>465.115</u></b>	<b><u>236.514</u></b>
<b>Intangível.....</b>	13	<b>2.716</b>	<b>3.804</b>	Capital social.....	24	1.414.100	1.414.100
				Prejuízos acumulados.....		(967.935)	(1.132.493)
				Outros resultados abrangentes .....		18.950	(45.093)
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>		<b><u>3.801.457</u></b>	<b><u>3.633.856</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>		<b><u>3.801.457</u></b>	<b><u>3.633.856</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 e 2020

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	
Receita líquida .....	25	295.865	261.140	549.054	507.473
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(81.322)	(81.454)	(160.378)	(164.213)
<b>Lucro bruto</b> .....		214.543	179.686	388.676	343.260
Outras receitas (despesas) operacionais .....		<b>(39.826)</b>	<b>(100.206)</b>	<b>(92.432)</b>	<b>(188.096)</b>
Despesas administrativas e gerais .....	27	(44.082)	(69.564)	(90.698)	(115.114)
Outras receitas operacionais .....	28	7.606	1.247	9.210	1.601
Outras despesas operacionais .....	29	(3.350)	(31.889)	(10.944)	(74.583)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro .....		<b>174.717</b>	<b>79.480</b>	<b>296.244</b>	<b>155.164</b>
<b>Resultado financeiro</b> .....		<b>(13.505)</b>	<b>(595)</b>	<b>(28.017)</b>	<b>(2.361)</b>
Receitas financeiras .....	30	16.003	8.249	28.289	18.021
Despesas financeiras .....	30	(29.508)	(8.844)	(56.306)	(20.382)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos</b> .....		<b>161.212</b>	<b>78.885</b>	<b>268.227</b>	<b>152.803</b>
Imposto de renda e Contribuição Social.....	31	<b>(62.286)</b>	<b>(35.232)</b>	<b>(98.512)</b>	<b>(72.483)</b>
Corrente .....		(43.211)	(23.709)	(70.089)	(51.938)
Diferido.....		(19.075)	(11.523)	(28.423)	(20.545)
Lucro (Prejuízo) do período.....		<u><b>98.926</b></u>	<u><b>43.653</b></u>	<u><b>169.715</b></u>	<u><b>80.320</b></u>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>		0,36	0,16	0,62	0,29

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro (Prejuízo) do período.....	98.926	43.653	169.715	80.320
Ganhos (Perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido.....	(767)	88.857	51.116	88.857
Ganhos (Perdas) atuariais - plano de saúde.....	694	0	8.903	0
Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	3.068	0	4.024	0
<b>Resultado abrangente</b> .....	<u><b>101.921</b></u>	<u><b>132.510</b></u>	<u><b>233.758</b></u>	<u><b>169.177</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2020 E 30/06/2021**  
*(em milhares de reais)*

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
<b>SALDOS EM 31/12/2019</b>	<b>1.414.100</b>	<b>(102.961)</b>	-	-	<b>(1.334.976)</b>	<b>(23.837)</b>
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	202.483	202.483
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de pensão.....	-	66.173	-	-	-	66.173
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de saúde.....	-	(2.725)	-	-	-	(2.725)
Ajuste de avaliação patrimonial - complementação de aposentadorias.....	-	(5.580)	-	-	-	(5.580)
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>	<b>1.414.100</b>	<b>(45.093)</b>	-	-	<b>(1.132.493)</b>	<b>236.514</b>
Ajuste de exercdícios anteriores.....	-	-	-	-	(5.157)	(5.157)
Resultado do período de 01/01./2021 a 31/03/2021.....	-	-	-	-	169.715	169.715
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de pensão.....	-	51.116	-	-	-	51.116
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de saúde.....	-	8.903	-	-	-	8.903
Ajuste de avaliação patrimonial - complementação de aposentadorias.....	-	4.024	-	-	-	4.024
<b>SALDOS EM 30/06/2021</b>	<b>1.414.100</b>	<b>18.950</b>	-	-	<b>(967.935)</b>	<b>465.115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do exercício	169.715	80.320
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Ajuste de exercícios anteriores	(5.157)	
- Depreciação e amortização .....	20.542	22.228
- Perda no valor recuperável de ativos - Impairment .....	132	-
- Valor residual de ativos baixados .....	2.114	309
- Provisões Trabalhistas, civéis e tributárias.....	10.726	5.937
- Provisão com perdas de crédito esperadas.....	5.569	(881)
- Provisão contas a pagar	(11.051)	-
- Provisão plano de desligamento incentivado.....	-	15.407
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios a empregados.....	1.265	40.491
- Provisão/(Reversão) de depósitos judiciais.....	(13.769)	-
- Apropriação de receitas diferidas.....	(19.982)	(12.415)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros não realizados.....	18.059	14.652
- Imposto de renda diferido .....	28.423	20.545
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura .....	(68)	(269)
Contas a receber de clientes, líquidas .....	18.804	2.724
Estoques.....	(161)	(148)
Créditos tributários.....	(1.999)	2.019
Partes relacionadas .....	5.259	412
Depósitos judiciais .....	5.323	(14.786)
Outros ativos.....	(2.713)	3.044
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços .....	468	(3.499)
Salários, provisão de férias e obrigações sociais .....	5.666	(4.242)
Impostos e contribuições.....	3.630	650
Plano de Pensão e benefícios a empregados .....	(36.152)	(127.129)
Obras efetuadas por arrendatários.....	6.993	(127.129)
Receita diferida .....	964	(439)
Outros passivos.....	2.388	5.590
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais.....</b>	<b>214.988</b>	<b>(76.609)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativos imobilizados.....	(11.686)	(726)
Aquisição de intangíveis.....	(186)	
Venda de imobilizado .....	-	-
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(11.872)</b>	<b>(726)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos de acionistas .....	-	1
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
<b>Total dos fluxos de caixa das atividades</b>	<b>203.116</b>	<b>(77.334)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>203.116</b>	<b>46.336</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	859.861	561.662
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período .....	1.062.977	607.998

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020  
em milhares de reais**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social.

**2. EFETOS DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19**

Mesmo diante do contexto desafiador em razão dos impactos econômicos proporcionados pela pandemia, as operações no Porto de Santos continuaram a demonstrar elevado nível de atividade, dando sequência ao desempenho verificado em 2020 e no primeiro trimestre de 2021 (1T21). Favorecido tanto pelo bom desempenho de exportações, como pela recuperação das importações, o fluxo de cargas tem atingido sucessivos recordes mensais e registrou crescimento de 5,3% em relação ao segundo trimestre de 2020 (2T20).

A Companhia prossegue pautando sua atuação adotando medidas tempestivas que visam preservar simultaneamente a saúde de seus colaboradores e as atividades do complexo portuário de Santos. Vale destacar a evolução do processo de vacinação e a **repriorização** dos trabalhadores portuários no âmbito dos grupos prioritários dentro do Plano Nacional de Imunização (PNI). Em uma iniciativa para apoiar as prefeituras na vacinação dos portuários, a SPA atuou, no início de junho, com um posto de vacinação em suas dependências. No total, 1.424 pessoas, entre trabalhadores da SPA e de Órgãos Intervenientes, foram vacinadas com a primeira dose. No início de agosto a SPA já contava com 96% de seus funcionários com ao menos 1 dose, sendo 45% com a imunização completa.

A implementação do home office para parte dos funcionários administrativos e todos os integrantes de grupos de risco tem se revelado eficaz. Ao longo do 2º trimestre de 2021, aproximadamente 21% dos colaboradores atuaram de forma remota ou estiveram afastados. Mesmo em face desse quadro desafiador a empresa conseguiu adequar suas operações e suportar com eficiência o elevado nível de atividade e movimentação do período. Ao mesmo tempo, persistimos na intensificação de todos os protocolos de

saúde e segurança, além de ações de comunicação, conscientização e formação de multiplicadores de informações nos postos de trabalho.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência permanecem próximos de zero e não há perspectivas de deterioração.

Apesar dos excelentes indicadores alcançados, permanecemos atentos a quaisquer alterações de cenário. Os resultados registrados no 2º trimestre de 2021 seguem refletindo o profissionalismo de uma gestão técnica e focada no aumento da eficiência, a robustez do agronegócio nacional, o elevado nível de atividades das importações e a resiliência do setor portuário. A movimentação de contêineres (segmento que transporta as cargas de maior valor agregado) registrou crescimento de 19,1% na comparação entre abril a junho de 2021 com o mesmo período de 2020.

Seguimos focados para estruturar as operações de forma a viabilizar com a máxima eficiência a infraestrutura necessária para o escoamento da diversificada pauta de exportações e a recepção das importações.

De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas informações nem há impactos na sua continuidade operacional e/ou estimativas da Companhia que justificassem registro de provisões, além daquelas já divulgadas. A SPA continua monitorando e avaliando potenciais impactos da pandemia, além de envidar esforços para que todos seus trabalhadores concluam o mais breve possível o processo de imunização.

### **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As informações trimestrais de 30 de junho de 2021 foram preparadas tomando-se por base as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias e estão em conformidade com a norma internacional de contabilidade – IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Informações Trimestrais contemplam os requisitos mínimos de divulgação, bem como outras informações consideradas relevantes, portanto, não incorporam todas as notas e divulgações exigidas pelas normas das demonstrações financeiras anuais por razão de redundância e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 30 de junho de 2021, têm sua divulgação autorizada pela Diretoria conforme ata de reunião realizada no dia 17 de agosto de 2021.

#### 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

##### **Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no trimestre findo em 30/06/2021 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas, a partir do primeiro trimestre de 2021 a DFC passou a ser elaborada pelo método indireto.

##### **Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

##### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### **Instrumentos financeiros**

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

##### a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

As Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

##### b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma de três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com empreiteiros e fornecedores.

**Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

**Reconhecimento de Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa**

São reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

**Estoques**

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

**Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

**Impairment**

A Companhia procede ao cálculo e registro do Impairment, conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, registrando em seus demonstrativos contábeis. O teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado, abrange 03 unidades geradoras de caixa – UGC, assim denominadas:

- Sistema Porto  
Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitações com a celebração de instrumentos contratuais;
- SEP (Sistema Elétrico de Potência): Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica – geração, transmissão e distribuição – através da Usina Hidrelétrica de Itatinga, situada no município de Bertoga;
- Estações de Tratamento de Água e Esgoto:

A SPA efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos.

### **Intangível**

O intangível é composto apenas de licenças de uso de software e são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

### **Partes Relacionadas**

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da SPA, aprovada pelo Conselho de Administração em 18/11/2020.

### **Passivo circulante e não circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo considerados no passivo circulante as obrigações com vencimentos até 360 dias e no passivo não circulante as obrigações cujo vencimento seja superior a 360 dias.

### **Fornecedores e prestadores de serviços**

As contas a pagar aos prestadores de serviços e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

### **Salários, encargos e contribuições sociais**

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

### **Operações de Arrendamento Mercantil – IFRS 16 – CPC 06 (R2)**

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de

ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário.

#### **Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

#### **Receita Diferida**

A Companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento, com direito de outorgas à SPA, os quais são contabilizados como receita diferida e reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

#### **Provisões, ativos e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da sociedade e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

#### **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período da apresentação das demonstrações financeiras.

#### **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a sua recuperação considerando a expectativa de lucro tributável em períodos futuros conforme previsto no pronunciamento Ibracon NPC 25 e no CPC 32.

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente por ocasião do encerramento do exercício. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização e dedutibilidade das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos.

#### **Tributos sobre receitas**

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pis – Programa de Integração Social e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, e os créditos decorrentes da não cumulatividade, são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito. As receitas de serviços, possuem à incidência de ISS, calculado com alíquotas de 5%, recolhido para as prefeituras de onde o serviço foi realizado. Quando da emissão de faturas de energia elétrica, há a incidência de ICMS, com uma alíquota de 18%.

#### **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras, além de variações monetárias de outorgas a receber. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com os passivos assumidos pela sociedade ou outras transações financeiras.

#### **Uso de estimativas**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e

cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de liquidez imediata, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	<u>9.035</u>	<u>15.407</u>
Aplicações financeiras	<u>1.053.942</u>	<u>844.454</u>
<b>Totais</b>	<b><u>1.062.977</u></b>	<b><u>859.861</u></b>

### b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo de renda fixa – BB	666.211	618.114
Fundo de renda fixa – CEF	387.731	226.340
<b>Total</b>	<b><u>1.053.942</u></b>	<b><u>844.454</u></b>

## 6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, remete valores previstos no orçamento de investimentos da SPA, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 23 complementa a informação em relação aos valores recebidos. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do

orçamento de investimento com recursos do Tesouro Nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no demonstrativo do fluxo de caixa. Das obras referenciadas no quadro abaixo, o Alinhamento de cais no Porto de Santos está concluída e as demais estão paralisadas, mas com estudos sobre sua continuidade. Para projetos encerrados ou cancelados, os valores serão devolvidos à União.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	58	58
Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios	6.876	6.876
Sistema portuário de monitoramento de cargas	2.000	2.000
Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos	3.632	3.632
Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos	-	20
Subtotal	12.566	12.586
Rendimentos financeiros	90	3
<b>Saldo Total</b>	<b><u>12.656</u></b>	<b><u>12.589</u></b>

Por vezes, a SPA necessita cumprir suas obrigações contratuais decorrentes dos serviços prestados em infraestrutura, de responsabilidade do Governo Federal, e aprovada em seu orçamento, sem que tenha recebido os respectivos recursos financeiros. Em 30/06/2021 a Companhia é credora do valor de R\$ 214 (R\$ 98 em 31/12/2020), conforme quadro abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Investimentos em Infraestrutura		
- Reforço do cais entre os armazéns 12 e 23	98	98
- Avenida Perimetral - Santos	36	-
- Avenida Perimetral - Guarujá	80	-
Total	214	98

**7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS E DIREITOS CONTRATUAIS**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber	172.968	187.959
Contas a receber – recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(78.987)	(73.417)
Direitos contratuais de arrendamento – Outorga	325.879	390.480
<b>Total</b>	<b><u>435.135</u></b>	<b><u>520.297</u></b>
Circulante	84.669	82.627
Não Circulante	350.466	437.670

(i) Nas Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas apenas empresas com processos judicializados e expectativa de perda provável. Os valores a receber decorrentes das atividades da empresa estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência apresentaram melhora em relação ao mesmo período do ano anterior.

(ii) Direitos contratuais de arrendamento – outorga, corresponde aos saldos das outorgas das áreas STS 14 e STS 14A.

(iii) O valor de R\$ 350.466 indicado no quadro acima é composto por R\$ 24.587 de contas a receber e R\$ 325.879 de outorga.

**8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos retidos sobre faturamento	379	271
ICMS a Recuperar	114	-
CSLL a Recuperar	1.657	1.657
IRPJ a Recuperar	4.230	4.230
PIS/COFINS exclusão do ICMS na base de cálculo (i)	1.784	-
Outros Créditos	62	69
<b>Total</b>	<b><u>8.226</u></b>	<b><u>6.227</u></b>

(i) A SPA, constituiu um crédito referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido de 17/03/2017 a 31/12/2018, se baseando no processo N° 5002684-13.2017.4.03.6104 na 1ª Vara Federal de Santos, datado de 06/10/2017, o qual está em curso, mas sem riscos devido a decisão do STF em 14/05/2021.

## 9. PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. Os valores abaixo apresentados, referem-se a pessoal cedido aos ministérios discriminados no quadro abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ministério da Infraestrutura	211	50.252
(-) Valores contestados	-	(44.736)
Ministério da Economia em Itajaí/SC	11	11
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	161	136
Ministério do Trabalho	311	290
<b>Total</b>	<b><u>694</u></b>	<b><u>5.953</u></b>

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos recursais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos Recursais Cíveis	23.352	23.042
Depósitos Recursais Trabalhistas	112.534	104.002
Depósitos Recursais Tributárias	2.560	2.961
Ações Regressivas Trabalhistas-Resp.Solidária	4.671	4.665
<b>Total</b>	<b><u>143.117</u></b>	<b><u>134.670</u></b>

## 11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor de R\$ 368 (R\$ 181 em 31/12/2020) corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado e classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos por meio de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

## 12. IMOBILIZADO

Classe	Descrição	Saldo em 31/12/2020	31/03/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 30/06/2021
11	Mobiliário em Geral	1.371	1.330	70	(4)	(51)	(31)	-	1.314
12	Veículos	576	552	-	-	(24)	-	-	528
13	Máquinas Motores e Aparelhos	2.012	2.033	144	-	(98)	(33)	(132)	1.914
14	Equipamentos Diversos	1.436	1.414	55	-	(23)	(3)	-	1.443
15	Outros Bens Móveis	86	83	-	-	(2)	-	-	81
16	Equipamentos de Informática	7.388	7.120	129	(3)	(293)	(109)	-	6.844
21	Edifícios	27.774	27.137	-	-	(275)	-	-	26.862
22	Instalações	716.861	714.152	-	-	(2.709)	-	-	711.443
24	Obras em Andamento	51.315	53.163	9.264	-	-	-	-	62.427
31	Bens Móveis para Fins Industriais	4.173	4.110	-	(1.727)	(58)	-	-	2.325
32	Bens Imóveis para Fins Industriais	24.083	23.345	-	-	(718)	-	-	22.627
61	Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	156.237	153.481	-	-	(2.756)	-	-	150.725
62	Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	18.641	18.391	-	-	(250)	-	-	18.141
63	Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	42.594	-	-	-	-	-	42.594
64	Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	51.840	-	-	-	-	-	51.840
65	Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	524.960	522.591	-	-	(2.367)	-	-	520.224
	<b>Total</b>	<b>1.631.347</b>	<b>1.623.336</b>	<b>9.662</b>	<b>(1.734)</b>	<b>(9.624,00)</b>	<b>(176)</b>	<b>(132)</b>	<b>1.621.332</b>

## 13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 2.716 (R\$ 3.804 em 31/12/2020) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

## 14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da SPA e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2021 a 30-04-2022.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013.

Abaixo, valores das coberturas vigentes:

	<u>31/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Riscos operacionais	307.758	307.758
Automóveis	2.119	2.119
Responsabilidade civil	30.000	30.000

#### 15. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de férias e 13°	1.346	816
Sinistros cobertos por apólice	284	281
Cobrança de Plano de Saúde	596	591
Diversos	297	188
Despesa Antecipada–Assinaturas e Anuidades	2.084	18
Multa – Pref de Santos – Proc. 54014/2006	126	126
<b>Total</b>	<b><u>4.733</u></b>	<b><u>2.020</u></b>
Circulante	4.336	1.732
Não Circulante	397	288

#### 16. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários a pagar	9.807	9.614
Provisão de férias	26.929	28.101
Provisão de 13° Salário	7.343	-
Encargos sociais	5.384	6.083
<b>Total</b>	<b><u>49.463</u></b>	<b><u>43.798</u></b>

**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	728	540
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.958	1.727
Retenção para seguridade social - INSS	265	516
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.579	6.743
Programa de integração social - PIS	1.805	1.607
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	8.382	7.554
Imposto sobre serviços - ISS	1.260	1.453
Imposto de Renda e Contribuição Social	14.707	9.915
<b>Total - Curto prazo</b>	<b><u>33.684</u></b>	<b><u>30.055</u></b>

**18. PLANO DE PENSÃO E BENEFÍCIOS****18.1 - Déficit Atuarial Portus**

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício – Plano de Benefício Portus 1 PBP1–, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob o nº 19.780.055– 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11. As informações atuariais, de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão apresentadas abaixo:

### Passivo líquido

Passivo líquido em 31/03/2021	(863.355)
Custo no período	(15.205)
Ganhos/perdas atuariais liquidas	3.812
Contribuições do empregador para o plano	19.130
Compartilhamento de risco	(4.579)
<b>Passivo Líquido em 30/06/2021</b>	<b>(860.197)</b>

### Conciliação do passivo

Plano de pensão déficit atuarial (18.1)	365.955
Plano de pensão - TCF (18.2)	494.242
<b>Total</b>	<b>860.197</b>

### Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	30/06/2021	31/12/2020
1. Taxa de desconto (nominal)	7,67%	6,52%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	7,67%	6,52%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

### Base de dados:

	30/06/2021	31/12/2020
Participantes ativos (passivo principal)	205	205
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.124	4.124
Aposentados	2.524	2.524
Pensionistas	1.600	1.600
Número total de participantes	4.329	4.329
Duração da obrigação ( para determinar taxa de desconto)	8,20	8,00

### Valor Justo dos Ativos do Plano:

	30/06/2021		31/12/2020	
1. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	18	0,00%	117	0,02%
2.b Realizável (Prev e Adm)	552.433	72,61%	544.215	71,52%
Contribuições Contratadas	493.375	64,85%	487.415	0,64
Outros ativos a receber	59.059	7,76%	56.800	0,07
2.C Títulos Públicos	39.383	5,18%	40.182	5,28%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	54.291	7,14%	48.695	6,40%
2.f Fundos de Investimentos	56.183	7,38%	63.638	8,36%
Renda Fixa	56.060	7,37%	63.515	8,35%
Imobiliário	123	0,02%	123	0,02%
2.g Investimentos Imobiliários	58.037	7,63%	58.674	7,71%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Outros - Depósitos Judiciais	494	0,06%	5.415	0,71%
<b>Total Ativo</b>	<b>760.840</b>	<b>100,00%</b>	<b>760.936</b>	<b>100,00%</b>
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		862	
(-) Contribuições Contratadas	(493.375)		(487.415)	
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(688)		(1.676)	
(-) Uso Próprio	(2.830)		(2.854)	
(-) Exigível Operacional	(1.955)		(1.937)	
(-) Exigível Contingencial	(10.712)		(10.712)	
(-) Fundo Previdencial	(13.081)		(12.813)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	22.327		(24.001)	
<b>Valor Justo dos Ativos</b>	<b>215.872</b>		<b>220.389</b>	
Percentual rateio (acordado 12/2019)	N/A		N/A	
Valor Justo dos Ativos	215.872		N/A	
Rentabilidade projetada para o mês	1.318		N/A	
Saldo Previdencial do mês	(1.859)		N/A	
<b>Valor Justo dos Ativos final</b>	<b>215.331</b>		<b>220.389</b>	

N/A - Não aplicável

**Outras premissas atuariais materiais:**

Detalhe	30/06/2021	31/12/2020
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss

**Conciliação da obrigação benefício definido – Segregado 2021**

	<u>ATIVOS</u>	<u>INATIVOS</u>
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	152.524	942.307
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(496)	-
3. Custo dos juros	2.810	17.099
4. Contribuições de participantes do plano	735	-
5. Benefícios pagos	-	(32.088)
6. Ganho/(perda) atuarial	(141)	(1.818)
6.a. Ganho/(perda) atuarial – mudança de premissas	(1.328)	(6.393)
6.b. Ganho/(perda) atuarial – ajuste de experiência	1.188	4.574
6.c. Ganho/(perda) atuarial – redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	6.286
8. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	155.433	931.786

**Análises de Sensibilidade**

Montante do:	<u>Tábua Biométrica</u>	<u>Tábua Biométrica</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Taxa de Juros</u>
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.064.413	1.111.990	1.065.209	1.109.990
Valor justo dos ativos do plano	215.331	215.331	215.331	215.331
(Passivo) / Ativo Líquido inicial	(849.082)	(896.659)	(849.878)	(894.660)
Passivo do Patrocinador com Redução de direitos (TCF)	494.242	494.242	494.242	494.242
Passivo do Patrocinador com contribuição Futuras (Assistidos)	111.328	116.304	111.412	116.095
Passivo do Patrocinador com contribuição Extraordinárias	236.424	246.992	236.601	246.547
(Passivo) / Ativo Líquido a ser compartilhado	(7.088)	(39.121)	(7.623)	(37.775)
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	3.692	20.378	3.971	19.677
(Passivo) / Ativo Líquido reconhecido	(845.390)	(876.281)	(845.907)	(874.983)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa – (TCF)	494.242	494.242	494.242	494.242
(Passivo) / Ativo Líquido Reconhecido	(351.148)	(382.039)	(351.665)	(380.741)
<b>Variações:</b>				
Aumento/redução obrigação atuarial	-2,10%	2,28%	-2,02%	2,09%
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,61%	2,84%	-2,52%	2,61%

O valor constante do Balanço Patrimonial de R\$ 2.413 em 30/06/2021 (R\$ 953 em 31/12/2020) é relativo à contribuição mensal devida ao Portus referente ao mês de junho/2021.

**18.2 – PLANO DE PENSÃO – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO**

Em 21 de setembro de 1981, a Companhia firmou Convênio de Adesão junto ao Portus a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Portus 1 – PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do

custeio do plano multipatrocinado pelas companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBPI. Desta forma a SPA (Patrocinadora) firma o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBPI, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBPI, a Patrocinadora SPA assume a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBPI, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. A previsão de pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) será liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Termo de Compromisso Financeiro – Plano PBPI	487.415	589.105
(-) Pagamento da parcela de 20% do saldo devedor	-	(117.821)
(-) Pagamento de Parcelas	(23.666)	(22.526)
(+) Juros e atualização monetária	30.493	38.657
<b>Saldo devedor remanescente</b>	<b><u>494.242</u></b>	<b><u>487.416</u></b>
Circulante	35.303	33.615
Não circulante	458.939	453.801

### 18.3 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Benefícios a Empregados			
Plano de Assistência à Saúde	(18.3.1)	21.944	25.097
Complementação de Aposentadoria	(18.3.2)	50.430	56.210
		<u>72.374</u>	<u>81.307</u>

#### 18.3.1 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A SPA disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o

empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a SPA deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS. Conforme previsto no Acordo Coletivo vigente, para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a SPA subsidiou 20% do valor de suas mensalidades para o plano até 30/04/2021 e a partir de 01/05/2021 o ex-empregado ficou com a responsabilidade pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar de o ex-empregado, a partir de 01/05/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da SPA, para custear uma parte da despesa. Os cálculos do compromisso da SPA com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

PREMISSAS UTILIZADAS NOS CÁLCULOS DE 30/06/2021

Item	30/06/2021	31/12/2020
Duration dos benefícios (anos)	10,91	10,91
NTN-B(vencimento)	2.035,00	2.035,00
Taxa indicativa da NTN-B	4,0900% a.a.	3,21% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a valor presente)	4,0900% a.a.	3,21% a.a.
Inflação anual futura estimada	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa nominal anual de juros	7,7331% a.a.	6,8224% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno dos investimentos	7,7331% a.a.	6,8224% a.a.
HCCTR (health care cost trend rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	0,03	3,05%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 (Basic) Masculina	AT 2000 (Basic) Masculina
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Ativos e Assistidos: real	Ativos e Assistidos: real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

SEGREGAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO

Detalhe	Valor Presente da obrigação	
	30/06/2021	31/12/2020
Benefícios a Conceder	3.040	3.580
Benefícios Concedidos	18.904	21.517
Total	21.944	25.097
Outros resultados abrangentes	694	2.725
Passivo atuarial - Não circulante	21.250	22.372

### 18.3.2 – COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passam a receber da empresa benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos

salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente existem 233 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes.

<b>Conciliação da obrigação do benefício definido</b>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	54.427	55.318
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	786	3.224
4. Benefícios pagos	(1.715)	(7.912)
5. Ganho/(perda) atuarial – Resultados Abrangentes	(3.068)	5.580
5.1 Ganho/(perda) atuarial – mudança de premissas	(118)	754
5.2 Ganho/(perda) atuarial – ajuste de experiência	(2.950)	4.826
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	50.430	56.210

### **19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS**

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retroárea: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

<u>Arrendatário</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Correção</u>	<u>2021</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>2021</u>	<u>30/06/2021</u>
Brasil Term. Portuário Contrato 24/2001 (até 01/2027) Correção: IGP-M/mensal	120.948		18.008	(9.936)		129.020
Ecoporto Santos S/A Contrato 28/1998 (até 06/2023) Correção: TJLP/trimestral	5.932		128	(1.207)		4.853
<b>Total</b>	<b>126.880</b>		<b>18.136</b>	<b>(11.143)</b>		<b>133.873</b>
Curto Prazo	22.255					25.535
Longo Prazo	104.625					108.338

## 20. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base em informações do Departamento Jurídico, a empresa constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

### 20.1 Processos judiciais provisionados:

#### Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

#### Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes. O quadro abaixo demonstra a movimentação dos valores provisionados:

Movimentação	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	228.944	254.695	483.639
(+) Adições	11.237	32.637	43.874
(-) Reversão e baixas	(36.465)	(19.348)	(55.813)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>203.716</b>	<b>267.984</b>	<b>471.700</b>
(+) Adições	8.051	12.931	20.982
(-) Reversão e baixas	(5.359)	(4.897)	(10.256)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>206.408</b>	<b>276.018</b>	<b>482.426</b>
Circulante	104.886	182.168	287.054
Não Circulante	101.522	93.850	195.372

### 20.2 Processos judiciais não provisionados

O montante estimado para processos judiciais cujas probabilidades de perdas foram avaliadas pelo Departamento Jurídico como possíveis, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas e cíveis estão apresentados abaixo:

Natureza	30/06/2021	31/12/2020
Processos Trabalhistas	105.073	105.489
Processos Cíveis	2.445.642	2.448.267
<b>TOTAL</b>	<b><u>2.550.715</u></b>	<b><u>2.553.756</u></b>

Com relação aos processos cíveis considerados pelo Departamento Jurídico como possíveis, destacamos para 30/06/2021 os três mais relevantes, que representam 85,63% (R\$ 2.094.170) do montante total R\$ 2.445.642, (em 31/12/2020 representavam 85,54%).

Parte Contrária	Foro	30/06/2021	31/12/2020
Portus – Instituto de seguridade Social	Rio de Janeiro	1.549.014	1.549.014
Rodrimar S/A Transportes	Santos	361.021	361.021
Consórcio Draga Brasil	Seção Judiciária do DF	184.135	184.135
<b>Subtotal</b>		<b><u>2.094.170</u></b>	<b><u>2.094.170</u></b>
Outros Processos		351.472	354.097
<b>Total</b>		<b><u>2.445.642</u></b>	<b><u>2.448.267</u></b>

PORTUS – O montante mencionado, no processo impetrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, tendo em vista a ausência de sentença de mérito até o momento, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras, como forma de reajustamento do seu déficit atuarial.

RODRIMAR – Processo sensível, tendo em vista a impossibilidade, neste momento, de mensurar o real valor devido, sendo certo que este vem sendo provisionado, como provável, no montante de R\$ 80 milhões, correspondentes à atualização da manifestação técnica anterior da SPA nos autos (ano de 2010) no âmbito da Justiça Estadual. Quanto ao mesmo processo, igualmente se verifica a alocação do montante de R\$ 361 milhões como possível, correspondentes à diferença atualizada do valor defendido pela empresa Rodrimar. Neste momento pende decisão judicial para o adequado estabelecimento dos valores em discussão, sendo certo que de um lado encontram-se esta SPA e a União Federal pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos que passaram ao largo da perícia anteriormente realizada (Justiça Estadual) e posteriormente anulada, enquanto que, por outro lado, encontra-se a empresa Rodrimar pleiteando a revalidação do citado laudo pericial, justificando, assim, a “quebra” de provisão sob dois critérios de classificação (provável e possível).

DRAGA – Processo movido pelo consórcio contra a União e a SPA, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro no ambiente do contrato administrativo N° 18/2009 firmado a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP, em que a SPA figurava apenas como interveniente-anuente. O objeto do contrato foi a dragagem por resultado nos acessos aquaviários no Porto de Santos, compreendendo a dragagem de aprofundamento e manutenção.

#### **Processos judiciais: IPTU**

As prefeituras municipais de Santos e Guarujá entendem que o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incide sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registrados no ativo imobilizado da SPA. Os julgamentos do Supremo Tribunal Federal (processos n° 3029/95, 4099/94, 1982/04,

7099/92, 5787/95 e 5765/95) por meio da 1ª e 2ª Turmas reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela SPA, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472).

## 21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento. No resultado do trimestre findo em 30/06/2021 foi reconhecida à receita a importância de R\$ 11.374 (R\$ 6.427 em 30/06/2020), conforme composição abaixo:

Contratos	69/97	02/09	01/10	45/16	04/20	05/20	Total
Saldo 31/12/2019	14.879	131.270	164.658	1.171	-	-	311.978
Apropriações no período	(5.101)	(8.752)	(10.977)	(878)	-	-	(25.708)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>9.778</b>	<b>122.518</b>	<b>153.681</b>	<b>293</b>	<b>250.000</b>	<b>255.000</b>	<b>791.270</b>
Apropriações no período	(2.551)	(4.375)	(5.489)	(336)	(4.167)	(3.400)	(20.318)
Entrada				1.300			1.300
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>7.227</b>	<b>118.143</b>	<b>148.192</b>	<b>1.257</b>	<b>245.833</b>	<b>251.600</b>	<b>772.252</b>
Apropriação em meses	300	300	300	60	300	300	
Meses Faltantes	17	162	162	2	295	296	

## 22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital, conforme Decreto N° 10.498, de 28 de setembro de 2020. Nos recursos recebidos pela SPA, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	866.079	842.445
Créditos da UNIÃO no exercício	-	612
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	7.635	23.022
<b>Saldo final</b>	<b><u>873.714</u></b>	<b><u>866.079</u></b>

## 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O adicional de tarifa portuária - ATP, incidente sobre as tabelas das tarifas portuárias, foi criado pela Lei 7.700/1988, que foi revogada pela Lei 9.309/1996. O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adicional de tarifa portuária	6.477	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	11.733	8.463
Cauções	4.294	4.449
Empréstimos para funcionários	232	252
Pensões Judiciais	500	506
Contribuições Sociais e Sindicais	311	284
Diversos	248	976
<b>Total</b>	<b><u>23.795</u></b>	<b><u>21.406</u></b>
Circulante	23.795	21.406
Não Circulante	-	-

#### 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 30 de junho de 2021 é representado por 273.680.195.707 ações ordinárias. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 272.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

#### 25. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARA A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas tarifárias				
- Utilização da infraestrutura portuária	167.412	152.977	306.559	287.293
- Utilização da infraestrutura terrestre	29.498	27.077	60.549	55.486
- Fornecimento de energia	11.593	11.128	21.429	21.607
- Outras receitas	3.043	2.991	5.953	6.498
<b>Total Receitas Tarifárias</b>	<b>211.549</b>	<b>194.173</b>	<b>394.490</b>	<b>370.884</b>
Receitas de arrendamento	127.506	105.609	234.808	211.304
<b>Receita Total</b>	<b>339.055</b>	<b>299.782</b>	<b>629.298</b>	<b>582.188</b>
- Imposto sobre serviços - ISS	(9.912)	(9.064)	(18.481)	(17.273)
- Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	(2.087)	(2.003)	(3.857)	(3.889)
- Programa de integração social - PIS	(5.564)	(4.919)	(10.329)	(9.553)
- Contribuição financiamento seg.social- COFINS	(25.628)	(22.656)	(47.577)	(44.000)
<b>Total</b>	<b><u>295.865</u></b>	<b><u>261.140</u></b>	<b><u>549.054</u></b>	<b><u>507.473</u></b>

As receitas tarifárias estão classificadas:

- Utilização da Infraestrutura aquaviária:  
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e berços de atracação e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura Terrestre:  
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao “condomínio” (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Serviços Gerais:  
A empresa fornece água por meio de sistema próprio de captação e de tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertioga e de outros serviços complementares.

#### 25.1 RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela empresa estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos, bem como, as demais informações estão disponíveis no site [www.portodesantos.com.br](http://www.portodesantos.com.br).

#### 26. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	31.135	39.116	60.645	76.118
Encargos sociais	9.999	10.874	19.543	22.444
Serviços de terceiros	25.685	17.574	50.981	38.276
Depreciação	10.207	11.102	20.542	22.230
Aluguéis	1.894	427	3.657	776
Utilidades e serviços, materiais	2.402	2.361	5.010	4.369
<b>Total</b>	<b><u>81.322</u></b>	<b><u>81.454</u></b>	<b><u>160.378</u></b>	<b><u>164.213</u></b>

#### 27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

(i) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas, porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à União. (ii) Em conformidade com a Lei 14.047/2020 e o convênio SPA 01/2020, a Companhia é obrigada a ressarcir ao Órgão Gestor de Mão de Obra – Ogmo o salário médio aos trabalhadores afastados devido à covid-19 que pertençam ao grupo de risco.

	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	9.792	48.897	31.583	73.353
Encargos sociais	4.686	4.970	9.111	10.520
Serviços de Terceiros	2.498	3.799	4.045	6.727
Aluguéis	145	1.822	283	3.522
Utilidades e serviços e materiais	1.539	971	2.983	2.790
Impostos, taxas e contribuições	1.386	418	2.400	1.250
Demandas judiciais	21.257	6.737	35.942	13.771
Órgãos Colegiados	954	762	1.890	1.669
OGMO Ressarcimento Convênio SPA 01/2020	-	767	363	767
Outras despesas	1.825	421	2.098	745
<b>Total</b>	<b><u>44.082</u></b>	<b><u>69.564</u></b>	<b><u>90.698</u></b>	<b><u>115.114</u></b>

## 28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Reversão de provisões judiciais	-	881	-	881
Ganho atuarial benefício definido	(247)	-	1.098	-
Cessão do direito operacional	117	219	336	439
Indenizações e Multas Contratuais	1.563	70	14	204
PIS e COFINS – Exclusão do ICMS na base de cálculo	7		1.563	-
Venda de Materiais –Sucatas e Outros	6.166		6.176	-
Doações Recebidas	-	77	4	77
Diversas	-		19	-
<b>Total</b>	<b><u>7.606</u></b>	<b><u>1.247</u></b>	<b><u>9.210</u></b>	<b><u>1.601</u></b>

## 29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Provisão riscos cíveis e tributários	-	3.118	-	5.937
Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	5.569	-
Multas	40	32	407	102
Plano de Desligamento Incentivado – PIDV	-	1.793	-	15.407
Custo do benefício definido- Portus-Ativo/Assistidos	-	20.560		40.491
Perdas com Créditos – Decisão Judicial	317	12.307	317	12.307
Custo do benefício definido- Comp.de aposentadoria	962	-	1.772	-
Plano de Saúde	148	-	593	-
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	1733	309	2.096	309
Outras	150	6	190	30
<b>Total</b>	<b><u>3.350</u></b>	<b><u>31.889</u></b>	<b><u>10.944</u></b>	<b><u>74.583</u></b>

## 30. RESULTADO FINANCEIRO

<b>Receitas Financeiras</b>	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Juros e variação monetária	8.902	145	20.261	616
Rendimentos de aplicações financeiras	6.709	7.984	7.462	17.253
Outras	392	120	566	152
<b>Receitas Financeiras Totais</b>	<b>16.003</b>	<b>8.249</b>	<b>28.289</b>	<b><u>18.021</u></b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Variação monetária	(10.718)	(2.664)	(18.135)	(5.593)
Juros pagos ou incorridos	(18.790)	(6.180)	(38.171)	(14.789)
<b>Despesas Financeiras Totais</b>	<b>(29.508)</b>	<b>(8.844)</b>	<b>(56.306)</b>	<b><u>(20.382)</u></b>
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>(13.505)</b>	<b>(595)</b>	<b>(28.017)</b>	<b><u>(2.361)</u></b>

## 31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos.

Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões.

	VALOR R\$	31/12/2020		
		IRPJ – 25%	CSLL – 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	203.716	50.929	18.334	69.263
Provisão Cível	267.983	66.996	24.119	91.115
Perdas de crédito esperadas	73.417	18.354	6.608	24.962
Prejuízo Fiscal IRPJ	750.349	187.587	-	187.587
Base Negativa CSLL	746.836	-	67.215	67.215
Provisão Fornecedores	33.517	8.379	3.017	11.396
Impairment	14.621	3.655	1.316	4.971
<b>Total Geral</b>	<b>2.090.439</b>	<b>335.900</b>	<b>120.609</b>	<b>456.509</b>
<b>Elementos</b>		30/06/2021		
	Valor R\$	IRPJ – 25%	CSLL – 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	206.408	51.602	18.576	70.178
Provisão Cível	276.018	69.004	24.841	93.845
Perdas de crédito esperadas	78.987	19.747	7.109	26.856
Prejuízo Fiscal IRPJ	662.038	165.510	-	165.510
Base Negativa CSLL	658.327	-	59.249	59.249
Provisão Fornecedores	22.887	5.722	2.060	7.782
Impairment	13.723	3.433	1.234	4.667
<b>Total Geral</b>	<b>1.918.388</b>	<b>315.018</b>	<b>113.069</b>	<b>428.087</b>

### **32. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

As remunerações mensais (base: junho/2021) pagas pela empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<b><u>ADMINISTRADORES</u></b>	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>
	<b>(em reais)</b>	<b>(em reais)</b>
- Maior remuneração	40.062,37	40.062,37
<b><u>EMPREGADOS</u></b>		
- Maior remuneração	48.064,45	44.033,03
- Menor remuneração	914,72	950,77
- Salário médio	12.825,98	11.522,32

### **33. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em AGE realizada em 17/08/2021 foi aprovada a Proposta da Administração, abrangendo operação de aumento de capital da Companhia, no montante R\$ 528.947.234,65, conforme decreto N° 10.498 de 28 de setembro de 2020, com créditos provenientes da UNIÃO e do acionista minoritário (Município de Santos), e operação de redução de capital, incorporando os prejuízos acumulados até 31/12/2020 no montante

de R\$ (1.132.493.007,01). Com a efetivação dessas operações o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 810.554.382,44, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

**Aumento de Capital:**

ACIONISTAS	NOVO CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO EM REAIS		
	Capital Anterior	Aumento de Capital	Capital Social após Integralização
União Federal	1.414.100.152,48	528.947.233,81	1.943.047.386,29
Minoritários	2,32	0,84	3,16
<b>TOTAL</b>	<b>1.414.100.154,80</b>	<b>528.947.234,65</b>	<b>1.943.047.389,45</b>

**Redução de Capital:**

Descrição	Em Reais
Capital após integralização dos AFACs	1.943.047.389,45
Prejuízos acumulados de exercícios anteriores	-1.132.493.007,01
<b>Novo Capital Social após absorção Prejuízos Acumulados</b>	<b>810.554.382,44</b>

**FERNANDO H. PASSOS BIRAL**  
Diretor Presidente

**MARCUS DOS SANTOS MINGONI**  
Diretor de Administração e Finanças

**Alexandre de Almeida Antunes**  
Gerente de Contabilidade  
CRC RJ 091103/O-7